

ACTA NÚMERO 63

ACTA DA IV SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO ANO DE DOIS MIL E DEZ, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE SETEMBRO _____

— Aos vinte e nove dias do mês de Setembro de dois mil e dez, na vila de Benavente, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município, realizou-se a IV Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, com início pelas vinte horas e quarenta minutos. -

— O **Presidente da Assembleia** confirmou a **verificação de quórum**. Seguiu-se a **chamada dos autarcas, tendo-se registado a presença dos seguintes**: Carlos Alberto Salvador Pernes, Presidente da Mesa, Ana Carla Ferreira Gonçalves, Primeira Secretária da Mesa, José Miguel Martinho Pastoria de Azevedo, Manuel Luís Gutierrez de Matos, Clarisse Isabel Ganhão Castanheiro, Sílvia Arminda Calado Frazão, Carlos Orlando Mendes Pauleta, Nelson Pinheiro da Silva Lopes e Catarina Martins de Matos, todos eleitos pela Coligação Democrática Unitária; Dora Isabel Lúcio Morgado, Sónia Patrícia da Silva Ferreira e Nuno Manuel David Ganhão Vieira, eleitos pelo Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata; Vânia Sofia Semeano Castanheiro, eleita pelo Partido Socialista; Maria Margarida Avelar Santos Nunes Marques Netto, eleita pelo Centro Democrático Social/Partido Popular e Hélder Manuel de Oliveira Agapito, do Bloco de Esquerda. O autarca Júlio do Carmo Cabecinha Rosado, da Coligação Democrática Unitária, comunicou antecipadamente à Mesa a sua ausência por período inferior a trinta dias e foi substituído, nos termos legais e regulamentares aplicáveis, por Eurico Manuel da Silva Leitão. O mesmo se verificou quanto aos autarcas, António José Bastos de Oliveira Martinho, do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata, substituído por Miguel Barradas Messias da Silva, Joaquim Manuel Louro Cabeça e Bernardo António Serra Palheta, ambos do Partido Socialista, substituídos, respectivamente, por João Carlos Sovelas Gatinho e José Manuel Gonçalves da Raquel. **Estiveram, também, presentes, os membros natos da Assembleia**, Maria Leonor Carapinha Rodrigues Parracho Domingos, Presidente da Junta de Freguesia de Benavente e Hélio Manuel Faria Justino, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, ambos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, eleito pelo Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata e Fátima José Francisco Machacaz, Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, eleita pelo Partido Socialista. Irina Noël Matias Batista, Segunda Secretária

da Mesa, eleita pela Coligação Democrática Unitária, **faltou justificadamente à presente sessão**, contudo, sem se fazer substituir. Registou-se **a falta inicial** do autarca Paulo Jorge Custódio Pinto da mesma força política. —

— **Os trabalhos iniciaram-se na presença de vinte e três membros. Integrou a Mesa, em substituição da Segunda Secretária, a autarca Catarina Matos.** —

— O **Presidente** concedeu o uso da palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, o qual solicitou à Assembleia deliberação autorizativa da retirada do Ponto Três da Ordem de Trabalhos da presente sessão, justificando com a existência de dúvidas quanto à necessidade de previamente os órgãos do Município deliberarem acerca dos Estatutos e do Estudo de Viabilidade Económica da LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M. Posta a solicitação a **discussão**, interveio **Dora Morgado** para afirmar a concordância com o ponto de vista do Executivo, referindo que os documentos em causa não haviam sido remetidos, o que sempre tornaria bastante difícil a definição do sentido de voto. Com o que **ocorreu a votação sobre a retirada do Ponto Três da Ordem de Trabalhos, a qual foi autorizada por unanimidade, renumerando-se os pontos ordenados posteriormente.** —

— Então, o **Presidente da Assembleia** referiu o conteúdo documental das pastas individuais, referindo-se sumariamente à correspondência recebida e expedida. —

— Seguiu-se a **apreciação e aprovação da Acta da IV Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal do corrente ano, realizada no dia dez de Setembro**, pedindo o Presidente da Mesa a **dispensa da sua leitura**, o que **foi aceite por consenso**. Na discussão do teor da acta interveio a Primeira Secretária para mencionar as propostas de rectificações remetidas por Nelson Lopes, as quais foram aceites pela Mesa, após o que **a Acta foi votada e aprovada por unanimidade.** —

— Iniciou-se o **Período de Antes da Ordem do Dia**, com o Presidente da Mesa a fixar que a entrega de toda a documentação a aprovar neste período da sessão devesse dar entrada na Mesa de imediato e que a sua leitura tivesse lugar após o período inicial de intervenções dos autarcas e de respostas do Executivo. —

— Concedido o **uso da palavra ao plenário da Assembleia**, tomaram-na os autarcas **Carlos Pernes, Vânia Castanheiro, José Pastoria, Dora Morgado, Margarida Netto, Hélio Justino, Nelson Lopes e Ricardo Oliveira.** —

— **Carlos Pernes** mencionou a realização, com sucesso, do Seminário, promovido pela Assembleia, sobre a temática do Associativismo Local, realçando o trabalho de

todos os membros da Comissão Permanente organizadora, agradecendo, em especial, a todas as individualidades que integraram o painel de intervenções, pela elevada qualidade e elevado interesse dos temas abordados. Significou a importância da relevante participação dos dirigentes associativos locais no evento. Destacou, também, a emissão de selo postal comemorativo do evento, titulada pela Assembleia, por iniciativa do autarca Bernardo Serra. Agradeceu à Escola Profissional de Salvaterra de Magos, seu pólo de Lisboa, pelo excelente serviço de *coffee-break* prestado. Por fim, considerou que o Seminário contribuiu sobremaneira para uma aprendizagem mais consciente acerca das essência e dinâmica do associativismo local, capacitando todos os presentes para perspectivar o seu futuro. A este propósito incentivou a Câmara Municipal a prosseguir na implementação do projectado Gabinete de Apoio ao Associativismo, entendendo que esta estrutura desempenhará um papel fundamental no apoio aos dirigentes sociais, os quais sentem seríssimas dificuldades ante a complexidade do actual enquadramento legal da actividade das associações, sobretudo, ao nível da fiscalidade. Quis deixar registado em Acta que a Comissão Permanente organizadora deliberou, no esforço de limitação dos encargos financeiros municipais que está a ser levado a cabo, abdicar das senhas de presença inerentes às reuniões preparatórias do Seminário e que os encargos com a realização das reuniões das diversas Comissões Permanentes da Assembleia irão ser limitados, reduzindo-se a sua periodicidade, a partir do presente mês. —————

— **Vânia Castanheiro** saudou o trabalho da Comissão Permanente organizadora do aludido Seminário, questionou o Executivo acerca da operacionalidade de sarjeta existente junto ao lote trinta e sete da Rua da Liberdade, sita na Vila das Areias, na freguesia de Benavente, registando a existência de reclamação dos interessados ainda não respondida, bem como sobre o ponto de situação quanto à execução dos trabalhos de drenagem de águas no cemitério da freguesia da Barrosa. —————

— **José Pastoria** dissertou acerca da actual profunda crise económica e social, afirmando que, nas palavras do Governo, obriga o País ao “dever” de proceder a várias medidas de austeridade para controlar as suas contas. Medidas que o autarca considerou que vão ao encontro da vontade daqueles que criaram a crise dos mercados internacionais, ou seja, nas suas palavras, *todos os Boys desse “bicho papão” o Mercado Financeiro, agora que está bem de saúde com a ajuda do dinheirinho que o nosso Estado lhe pôs ao dispor, ATENÇÃO DINHEIRO NOSSO,*

DOS TRABALHADORES E CONTRIBUENTES PORTUGUESES. Mais, manifestou que o Mercado Financeiro, hoje saudável, exigiu antes o abandono das actividades económicas do sector primário, o Sector mais importante para as autonomias dos países; para que, actualmente, exija, a todo o custo, a redução dos défices nacionais. Entidade à qual Portugal obedeceu cegamente, respondendo com os sucessivos Plano de Estabilidade e Crescimento, protegendo sempre o sector financeiro. Tudo se reflectindo na gestão autárquica, a qual contribui em setenta e seis por cento para o corte do défice, enquanto as empresas estaduais violam constantemente o endividamento máximo e os *Boys* compram novos carros topo de gama. Questionou os últimos governos nacionais, nos seguintes termos: “*Como foi possível perder toda a nossa autonomia como estado independente; “Como é possível ver o nosso Primeiro-ministro ir pedir esmola a Nova Iorque depois de tudo o que o Mercado nos fez a nós e ao mundo?” e “Como é possível existir tanta ambiguidade, ao ponto dos Ex. Ministros de Obras públicas e de outros Ministérios serem hoje os responsáveis das empresas que ganharam os concursos dos seus ministérios?”*—————

— **Dora Morgado**, na qualidade de membro da Assembleia e reportando-se ao Seminário sobre o Associativismo Local, agradeceu a todos os membros da Comissão Permanente organizadora, à Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, à Escola Profissional de Salvaterra de Magos, à Rádio Íris e a todas as individualidades que integraram o painel dos intervenientes. Não obstante, salvaguardando não tratar-se de um reparo, lamentou as ausências dos restantes autarcas da Assembleia Municipal e das Assembleias de Freguesia, bem como do próprio Presidente da Câmara Municipal, por razões de índole pessoal, lamentando a fraca divulgação que foi dada ao evento. Interrogou, ainda, o Executivo, acerca do cumprimento do *ratio* aplicável quanto aos números de ecopontos na Herdade do Pinheiro, na freguesia de Samora Correia, local onde não é facultada aos residentes a possibilidade de reciclar resíduos. —————

— **Margarida Netto** colocou quatro situações à Câmara Municipal: 1) Problemas causados pela paragem e estacionamento ilegais de veículos de longo curso em várias rua da freguesia de Benavente, em especial na zona da RIBASOR, considerando que a autoridade policial não age devidamente, não fazendo respeitar as proibições já implementadas, entendeu que devem ser tomadas medidas imediatas e eficientes por parte do Executivo; 2) Permanência de alguns *graffitis* em Benavente,

apesar do trabalho conjunto desenvolvido pela Câmara Municipal com as escolas, 3) Estado de total abandono e degradação dos espaços verdes públicos que servem a urbanização da RIBASOR, em Benavente e 4) Referência à realização do Seminário sobre o Associativismo Local, reiterando o teor da intervenção da autarca Dora Morgado, destacando a fraca participação dos autarcas locais. —————

— **Hélio Justino** informou que já se encontra constituída a Fundação Beirão da Cruz e Silva, tendo como fito o prosseguimento do trabalho do Professor Edgar da Cruz e Silva, começando pela atribuição de uma bolsa de mérito, a que se poderão candidatar, até ao próximo dia oito de Outubro, jovens estudantes da freguesia de Samora Correia, inscritos no primeiro ano do ensino superior e cuja média do ensino secundário se situe em catorze ou mais valores. —————

— **Nelson Lopes** abordou vários assuntos, a saber: 1) Saudação à presença na sessão do Presidente da Assembleia Municipal de Salvaterra de Magos; 2) Sobrelotação das turmas da Escola João Fernandes Pratas, freguesia de Samora Correia, dando como exemplo o sexto ano de escolaridade, com vinte e seis a vinte e nove alunos por turma e solicitando que este problema, bem como a necessidade de antecipação da construção de uma escola do ensino secundário na mesma freguesia, fossem reflectidos no Seminário (*In Disciplina*) que se realizará em breve no Município; 3) Lamento pelo episódio de agressão de professora, no Centro Escolar de Samora Correia, por parte de pais de um aluno, registando a autuação policial do caso, bem como a denúncia judicial, informando a aplicação aos agressores de termo de identidade e residência; 4) Permanência da necessidade de implementação, em Samora Correia, de Loja do Cidadão / Posto de Atendimento ao Cidadão; 5) Ponto de situação quanto ao accionamento da garantia bancária quanto à empreitada da construção do Centro Cultural de Samora Correia, interrogando quanto às razões concretas e 6) Referência à relevância da reabilitação urbana concelhia no contexto intermunicipal, a concretizar através da sociedade que seria objecto de discussão e votação no retirado Ponto Três da Ordem de Trabalhos. —————

— **Ricardo Oliveira** interveio, primeiro, para notar que se mantém a grave situação de falta de médicos de família no Município, particularizando a situação da freguesia de Santo Estêvão, informou que a nova médica ao serviço do Centro de Saúde de Benavente aí se desloca uma vez por semana, às segundas-feiras à tarde, o que não satisfaz minimamente as necessidades existentes e considerou que todas as

entidades públicas governamentais responsáveis deveriam já ter assumido o cumprimento do compromisso assumido perante a representação de autarcas locais que já reuniu com a Ministra da Saúde, o que lamentavelmente ainda não ocorreu e interrogou se se verificaram, entretanto, quaisquer avanços. Depois, focou a problemática dos prejuízos para a freguesia de Santo Estêvão, provocados pelo Estudo de Impacto Ambiental produzido no âmbito do processo de construção do Novo Aeroporto de Lisboa e corrigindo a referência feita em acta da reunião da Câmara Municipal do dia dezasseis de Setembro último, esclareceu que não foi, enquanto Presidente da Junta de Freguesia, convidado a participar na sessão de esclarecimento sobre o mesmo Estudo, situação que lamentou, por considerar que a sua presença teria sido relevante para se munir da informação devida, tendente à assunção de uma mais fundamentada tomada de posição, a qual já foi, inicialmente, assumida e publicitada, em termos de total discordância, por entender-se estar-se perante o maior crime ambiental cometido no país. Ressaltou que importará que todos os órgãos autárquicos tomem posição convergente sobre este assunto, para forçar o Governo a alterar o rumo do processo. _____

— **Em resposta aos autarcas, o Presidente do Executivo:** _____

— - afirmou que a Câmara Municipal tem feito um considerável esforço sinfando as sarjetas por todo o Município; _____

— - assumiu, a semana passada, com o Director do Departamento Municipal de Obras, Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos, a responsabilidade de executarem-se sondagens com maquinaria especializada no cemitério da Barrosa, para além de ter verificado *in loco* que o problema não tem a sua origem na composição dos solos, colocando-se, possivelmente, quanto ao nível freático existente e a execução de saneamento, através de valas de enrroncamento, se for o caso; acrescentou que a forma mais recente de construção de covas, com paredes em tijolo que formam uma caixa de areia, dificulta a subida das águas à superfície, logo a sua drenagem; _____

— - mencionou que o contributo das autarquias locais para o corte do défice nacional é de setenta e sete vírgula quatro por cento, contra os catorze vírgula sete por cento de toda a Administração Central do Estado, o que se lhe assemelhou ser inadmissível, e ao mesmo tempo, fazer destacar o valoroso papel do Poder Local na vivência diária das pessoas e das comunidades; _____

— - esclareceu, quanto à sua ausência no Seminário sobre o Associativismo Local, que se tratou de um imperativo de consciência pessoal inadiável, respeitante a grave estado de saúde de um seu familiar próximo, sobrinho por afinidade, que sofreu um enfarte do miocárdio, pessoa que solicitou a sua ajuda, não tendo hesitado em auxiliá-lo como era seu dever; _____

— - informou que no dia da sessão a situação da inexistência de ecoponto na Herdade do Pinheiro, em Samora Correia foi colocada em atendimento público, o tendo esclarecido que, uma vez que a urbanização está em fase inicial de construção não se justificava a colocação de tal equipamento, sendo que o mais próximo se situa na urbanização confinante do Belo Jardim, salvaguardado que está o cumprimento do *ratio* de equipamentos por número de habitantes que passou de um por quinhentos para um por trezentos, não sendo fundado abrir-se, em concreto, uma excepção; apelou à consciência dos munícipes residentes, os quais pelo seu elevado nível cultural, não deixarão de fazer a deposição selectiva de resíduos; _____

— - admitiu, quanto à paragem e estacionamento ilegais de veículos de longo curso, em zonas habitacionais das freguesias do Município, que a actuação das autoridades policiais, bem como da própria Câmara Municipal, preventiva, pedagógica e repressiva, não tem logrado efeitos positivos, colocando-se a necessidade de intervir repressivamente, o que se concretizará, no entanto, nunca sem ser feito o estudo prévio das situações e em total respeito pelos procedimentos administrativos aplicáveis que exigem o decurso de algum tempo; _____

— - quanto aos *grafittis* afirmou que os mesmos tem sido eliminados, são repetidos, sendo que, como já disse antes na Assembleia, o assunto tem merecido a devida atenção do Executivo, reconhecendo que terão de se perspectivar locais próprios; —

— - reconheceu a degradação dos espaços verdes públicos da RIBASOR, em Benavente, informando que a Câmara Municipal vai eliminar algumas dessas placas que são de difícil manutenção e reparação e que apenas têm funcionado como instalações sanitárias de caniços, intervenção que está já em fase de projecto, prevendo-se mais áreas para plantação de árvores e para estacionamento público; —

— - enalteceu a notícia da constituição da Fundação Beirão da Cruz e Silva e o empenho da Junta de Freguesia de Samora Correia na associação ao projecto que honra o trabalho do ilustre falecido professor e cientista que lhe deu o nome; _____

— - sobre a sobrelotação da Escola João Fernandes Pratas disse que a Direcção Regional de Educação de Lisboa e os seus Serviços de Planeamento não estão atentos às realidades locais, não conhecem as Cartas Educativas e as prioridades de Programa Operacional de Vale do Tejo são as escolas secundárias, com obras entregues à Parque Escolar, implicando muitos milhões de euros, dinheiro que poderia ser parcialmente canalizado para a requalificação das Escolas Básicas 2, 3 Mais Secundário; assim, assumiu que vai diligenciar junto da Direcção Regional de Educação, a curto prazo, apesar do anúncio feito hoje de cortes em todos os investimentos públicos, que entende não ser estendido à Educação, necessidade prioritária das populações; _____

— - a resposta oficial recebida sobre a instalação de Loja do Cidadão em Samora Correia não foi positiva, nem negativa, apenas referindo que a regra é a instalação na sede do Município, desde que garantido um número mínimo de serviços públicos; esta possibilidade não pode, no entanto, prejudicar os serviços públicos já existentes em Benavente, havendo que equacionar que a Loja do Cidadão, em Samora Correia, tem que servir a desconcentração dos serviços públicos para mais proximamente e melhor servir a população local, em conjunto com a Junta de Freguesia; informou que está para breve reunião para debater a via concreta abordada; _____

— - explicou o mecanismo legal de prestação de garantias bancárias para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais em sede de contratos de execução de empreitadas de obras públicas, as quais podem e devem ser accionadas pelo Município quando, como é o caso do Centro Cultural de Samora Correia, há incumprimento daquelas obrigações; _____

— - sobre a situação da falta de médicos de família afirmou que recentemente informou a Câmara Municipal que, uma vez contactado o Agrupamento de Centros de Saúde responsável foi garantido a reabertura da extensão de saúde do Porto Alto, já contratada, durante vinte e cinco horas por semana e a continuação do concurso de vinte horas por semana para Santo Estêvão, reforçando que o Executivo tem sido incansável na persistência posta na resolução dos sérios problemas existentes; _____

— - justificou a menção em acta ao convite ao Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão para participar na sessão de esclarecimentos referida com a garantida dada pela Agência Portuguesa do Ambiente, lamentando que tal não se tenha verificado; afirmou que a Câmara Municipal já tomou a sua posição, de oposição ao

vertido no Estudo de Impacto Ambiental do Novo Aeroporto de Lisboa com prejuízos sérios para a freguesia de Santo Estêvão, entendendo, pessoalmente, que existem interesses incompreensíveis na projectada decisão de deslocação da plataforma aeroportuária, sendo vergonhosa a mentira empregue no argumentário aduzido. —

— **Após o que teve lugar a leitura dos seguintes documentos entregues à Mesa:**

1) Recomendação relativa à Reactivação do Conselho Municipal de Juventude, apresentada pelos eleitos do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata; 2) Recomendação sobre a Preservação da Cultura Taurina no Município e o Reconhecimento do touro bravo, do cavalo e das manifestações e actividades taurinas e campestres como Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal, apresentada pelos eleitos do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata; 3) Moção de repúdio pelo Estudo de Impacte Ambiental produzido no âmbito do processo de implantação do Novo Aeroporto de Lisboa e pela implantação prevista no Plano Director de Referência, apresentada pelos eleitos do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata; 4) Saudação aos Municípes, Associações e Grupos que participaram na organização e funcionamento da Feira Anual de Benavente, apresentada pelos eleitos do Partido Socialista; 5) Recomendação à Mesa da Assembleia para que promova a distribuição atempada da documentação respeitante à Ordem do Dia das Sessões do órgão autárquico, apresentada pelos eleitos do Partido Socialista; 6) Moção de repúdio pelo Estudo de Impacte Ambiental produzido no âmbito do processo de implantação do Novo Aeroporto de Lisboa e pela implantação prevista no Plano Director de Referência, apresentada pelos eleitos da Coligação Democrática Unitária, 7) Saudação a João Barradas, jovem munícipe, que se sagrou, pela segunda vez consecutiva, Campeão do Mundo de Acordeão, na categoria de Júnior Clássico, vencendo o Sexagésimo Troféu Mundial que decorreu em Vigo, Espanha, nos dias vinte e um a vinte e cinco de Setembro, dos eleitos da Coligação Democrática Unitária. —

— **Seguiu-se a discussão e votação individuais dos documentos referidos:**

— - **Documento 1)** – **Nelson Lopes** interveio para afirmar que concorda com maior parte do teor do documento, considerando importante a dinamização do Conselho Municipal da Juventude que servirá primordialmente o apoio directo aos jovens e o

reconhecimento do mérito das suas iniciativas; **seguiu-se a votação do documento, o qual foi rejeitado, por maioria, com doze votos contra dos autarcas da Coligação Democrática Unitária e os votos a favor dos restantes onze autarcas presentes na sessão; assinou a sua presença no respectivo Livro, o autarca Paulo Jorge Custódio Pinto, que, entretanto, chegou para participar na sessão, passando a Assembleia a funcionar na presença de vinte e quatro membros; Dora Morgado fez declaração de voto** para se mostrar bastante surpreendida com a rejeição do documento, cujo único intuito é o do Executivo Municipal cumprir a lei; **José Pastoria fez declaração de voto** para esclarecer que o voto contra da sua força política reportou-se à não concordância com a argumentação aduzida no documento que consubstancia, em certa medida, uma crítica à actuação da juventude; **João Gatinho fez declaração de voto** com o mesmo sentido da feita por Dora Morgado; —

— - **Documento 2)** – Interveio **Dora Morgado** para afirmar que não subscreve a Moção apresentada pela força política que representa, por não concordar com o seu teor, apesar de o respeitar enquanto opinião distinta da sua e **Ana Carla Gonçalves**, considerando que o teor do documento traduzia antes uma Recomendação, sugeriu aos seus proponentes a mudança no seu título; esta última questão foi colocada aos proponentes pelo Presidente da Assembleia, tendo aqueles convertido o documento em Recomendação; **seguiu-se a votação do documento, o qual foi aprovado, por maioria, com uma abstenção da autarca Dora Morgado;** —

— - **Documento 3)** – Intervieram na discussão do documento, os autarcas **Nelson Lopes e Hélio Justino**, o primeiro afirmou concordar com o seu teor e não vislumbrar qualquer problema na aprovação dos dois documentos sobre a temática apresentados na Mesa, porque convergentes e o segundo, antes, propôs que a Mesa possibilitasse que documento sobre tão relevante temática fosse único, proposto por todas as forças políticas com assento na Assembleia, suspendendo-se os trabalhos da sessão para esse efeito; **foi aceite pela Mesa a suspensão dos trabalhos requerida, no final da votação do documento 7), pelo período de dez minutos; os proponentes retiraram o documento;** —

— - **Documento 4)** – não houve discussão; **seguiu-se a votação do documento, tendo sido aprovado, por unanimidade;** —

— - **Documento 5)** – Intervieram na discussão **Carlos Pernes, Nelson Lopes e Vânia Castanheiro; Carlos Pernes**, enquanto Presidente da Mesa, disse não aceitar

o teor da Recomendação que entende ter subjacente a afirmação de incompetência e de desresponsabilização da Mesa, sendo certo que a resposta que tem obtido dos serviços administrativos de apoio quanto ao atraso na distribuição da documentação de apoio à Ordem do Dia das sessões foi a da impossibilidade da disponibilização anterior, porquanto tem-se sempre pugnado para que se cumpram as normas legais e regimentais aplicáveis; **Nelson Lopes**, afirmou, ao contrário da Mesa da Assembleia, que a Coligação Democrática Unitária reconhece os problemas verificados, reportando-os ao facto da Assembleia não dispor de apoio administrativo, em exclusivo e a tempo inteiro, e afirmando que vai ter-se que trabalhar em conjunto com o Executivo Municipal para os ultrapassar, anunciou que iria votar favoravelmente o documento; **Vânia Castanheiro** sublinhou que, em momento algum, o documento, afirma a responsabilidade da Mesa quanto ao que visa, relembrando que pessoalmente foi afectada por atrasos na remessa da documentação de apoio, afirmando ser uma situação que ocorre sucessivamente; **seguiu-se a votação do documento, tendo sido aprovado, por maioria, com um voto contra, dez abstenções e treze votos a favor;** _____

— - **Documento 6)** – **retirado pelos proponentes, em face do discutido quanto do documento 3);** _____

— - **Documento 7)** – não houve discussão; **seguiu-se a votação do documento, tendo sido aprovado, por unanimidade.** _____

— **Cumpriu-se a suspensão dos trabalhos, pelo período de dez minutos e retomados os mesmos, foi apresentado um documento único, por todos os membros da Assembleia presentes, respeitante a Moção de repúdio pelo Estudo de Impacte Ambiental produzido no âmbito do processo de implantação do Novo Aeroporto de Lisboa e pela implantação prevista no Plano Director de Referência, e seguiu-se a sua votação, tendo sido aprovado, por unanimidade.** —

— Passou-se ao **Período de Intervenção do Público**, sublinhando que as intervenções deveriam incidir sobre os assuntos constantes da Ordem do Dia, não se tendo registado inscrições de munícipes. _____

— Iniciou-se, então, o **Período da Ordem do Dia.** _____

— **PONTO UM – II PROPOSTA DE REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA E III PROPOSTA DE REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE DOIS MIL E DEZ (PPI + AMR) – Discussão e**

eventual aprovação, nos termos da alínea b) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro: _____

— O Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicitação do assunto. Este, reportando-se à documentação de apoio à ordem de trabalhos da presente sessão e à tomada de posição nela assumida pelo Executivo, disse que as perspectivas das receitas efectivas são de diminuição acentuada face às previstas, o que terá implicações negativas nas Grandes Opções do Plano. Assim, o critério foi o de procurar a certeza, ou seja, suprimiram-se os projectos referentes às candidaturas ao Quadro de Referência Estratégico Nacional, cujos processos não estão concluídos, por não serem eficazes financeiramente no corrente ano. Supressão que se verifica, também, quanto às requalificações das Escolas E. B. Um de Benavente e de Samora Correia, já que não foram ainda abertas as vias de possibilidade de candidaturas a apoios comunitários, porque Governo faltou ao compromisso assumido. E, igualmente, quanto às obras comparticipadas pelo mesmo Quadro, ainda em fase de preparação dos concursos, uma vez que não terão expressão financeira, tais como a variante rodoviária a Samora Correia e as intervenções ao longo da Estrada Nacional Cento e Dezoito. Disse, mais, que não será possível concretizar a venda de habitações nos bairros sociais, devido às dificuldades de obtenção de crédito bancário por parte dos munícipes interessados. Referenciou, ainda, os acertos efectuados, por força das restrições decorrentes do novo Plano de Estabilidade e Crescimento, significando a redução de trezentos mil euros em transferências estaduais e de cerca de cento e quarenta mil euros em retenções para o Serviço Nacional de Saúde. Comentou, também, os anúncios governamentais do dia da sessão, afirmando poder significar o lento caminho para a asfixia financeira dos municípios portugueses, sendo Benavente grandemente prejudicado. Assim, terá que fazer-se uma análise mais cuidada das repercussões destas novas medidas, com tradução necessária no Plano de Actividades e no Orçamento municipais para dois mil e onze, sempre esperando que os fundos comunitários sejam disponibilizados, se necessário for com reafecção de verbas, sob pena de retorno à União Europeia, para assegurar uma efectiva capacidade de execução, num município cuja taxa de endividamento é elevada. Por tudo, as linhas mestras de actuação serão o equilíbrio e

o rigor financeiros na gestão diária do Município, salvaguardando sempre o apoio social aos mais carenciados e gravemente atingidos pela crise económica. —————

— **Intervieram na discussão do presente ponto os autarcas, Dora Morgado, Ricardo Oliveira e Nelson Lopes.** —————

— **Dora Morgado** manifestou-se apreensiva e preocupada com a intervenção do Presidente do Executivo e, como munícipe e professora, particularmente, quanto ao funcionamento das escolas no Município, apontando os horários duplos completos no Centro Escolar de Benavente e, em Samora Correia, o aumento significativo do número de alunos e a prática de horários duplos. E quanto à consequência da não viabilidade de requalificação da escola da Fonte dos Escudeiros, a necessidade de implantar horários duplos no Centro Escolar de Samora Correia. Questionou se estão prejudicados a obra de construção da Casa Mortuária de Samora Correia, registando que já se verificou estarem, em simultâneo, três corpos a serem velados, o que é humilhante para os familiares, as intervenções de manutenção nos espaços verdes públicos, a obra de construção dos balneários em Santo Estêvão junto ao polidesportivo e a de alargamento da Zona Ribeirinha de Samora Correia. —————

— **Ricardo Oliveira** considerou, globalmente, como atendíveis as propostas em discussão, o que já não considerou quanto à freguesia de Santo Estêvão, com a anulação da referida obra de construção dos balneários, por isso, disse estar impedido de votá-las favoravelmente, lamentando a posição da Câmara Municipal que faltou a um compromisso feito à população. —————

— **Nelson Lopes** afirmou compreender a oportunidade política da intervenção de Ricardo Oliveira, contudo, existem prioridades, tal como o apoio social, em substituição das entidades públicas responsáveis, cuja responsabilidade política tem alternado entre o Partido Social Democrata e o Partido Socialista. Mais, disse, que solidariza-se em parte com a intervenção da autarca Dora Morgado. Sobre a explicitação do Presidente da Câmara Municipal afirmou que apesar da constatação das dificuldades, dela ressalta a necessidade de ter esperança e acreditar que as verbas comunitárias chegarão e viabilizaram todos os projectos e obras mencionados.

— O **Presidente do Executivo** usou novamente da palavra para sublinhar que a Câmara tem a firme determinação de prosseguir os seus objectivos primordiais, ao nível dos equipamentos escolares, o que só não será possível caso o Governo não cumpra os seus compromissos. Esta expectativa saiu reforçada da reunião que hoje

teve com a Ministra da Educação, tal como já afirmou, acrescentando que tem que haver reafectação de verbas, reabertura de candidaturas e a valorização, no acesso, dos municípios que se encontram em situação excepcional face à capacidade de investimento/capacidade de endividamento, tal como Benavente. Clarificou que a obra de construção da Casa Mortuária em Samora Correia se mantém, tão só como está em fase de concurso foi desconsiderada a verba excedente que não será executada e que os espaços verdes na Barrosa, em Vale Bispo, tem a sua candidatura suspensa, tendo já sido feita insistência através da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo. A respeito da obra de construção dos balneários em Santo Estêvão esclareceu que o projecto foi reformulado, orçamentado em setenta e cinco mil euros, não significando a sua não previsão o seu abandono, mas antes que, com as vicissitudes concretas referidas, não haverá execução financeira no corrente ano. Sobre a obra de alargamento da Zona Ribeirinha de Samora Correia informou que o estudo estratégico está em final de elaboração e que será contemplada pela candidatura no âmbito da regeneração urbana, com acesso a fundos comunitários, assim haja vontade política do Governo, numa Câmara que tem capacidade de crédito e condições de gozar da contrapartida nacional, caso contrário, estar-se-á perante um crime de lesa pátria, já que é este tipo de capacidade de intervenção e de investimento que promove a economia nacional, o emprego e a económica privada. _____

— **Posto o presente Ponto a votação, o mesmo foi aprovado, por maioria, com sete abstenções, dos quatro autarcas do Partido Socialista, da autarca Centro Democrático Social/Partido Popular, do autarca do Bloco de Esquerda e de Ricardo Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão. Os autarcas do Partido Socialista apresentaram declaração de voto**, afirmando não se reverem nos documentos de gestão financeira municipais. _____

— **PONTO DOIS – PROPOSTA DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE DOIS MIL E ONZE – 0,7% a aplicar aos prédios urbanos avaliados na vigência da Contribuição Autárquica e 0,4% a aplicar aos prédios avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis – Apreciação e eventual aprovação, ao abrigo do disposto no número quatro do artigo centésimo, décimo segundo do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis:** _____

— O **Presidente da Câmara** apresentou o Ponto da Ordem do Dia, afirmando que se irão manter as taxas do Imposto Municipal Sobre os Imóveis e do Imposto Sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, sendo que quanto ao primeiro imposto, a taxa poderá baixar quando o Governo proceder à avaliação dos mais de quarenta milhões de imóveis em falta e quanto ao segundo, no actual contexto, tal redução não é possível, por se tratar de uma receita de comportamento indexado à actividade económica do mercado imobiliário, gravemente prejudicada actualmente. —

— Discutiram as propostas em causa os autarcas, **Hélder Agapito, Dora Morgado José Gatinho e Nelson Lopes**. —

— **Hélder Agapito** lamentou que o Executivo Municipal, em face das extremas dificuldades com que todos os municípios passaram a confrontar-se por força da crise económica, não pudesse reduzir as taxas dos impostos em causa, seguindo o sentido do que, fundamentadamente, o Bloco de Esquerda tem sempre proposto em anos transactos na Assembleia Municipal. Assim, afirmando compreender a motivação que conduziu à manutenção das taxas dos impostos em debate, decorrente das restrições financeiras com origem nos sucessivos Planos de Estabilidade e Crescimento, entendeu que a posição da Câmara poderia ter sido outra e, assim, anunciou não poder votar favoravelmente as propostas, optando pela abstenção. —

— **Dora Morgado** referiu que a partir do momento em que exista o levantamento da áreas de reabilitação urbana devem passar a ser aplicadas as taxas indicadas no Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis para os edifícios devolutos e em ruínas, tomando em consideração que devem ser prioridade da intervenção da LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M. bem como passar a aplicar-se a redução até trinta por cento no mesmo imposto, quanto aos imóveis que se encontrem já recuperados ou em bom estado de conservação. —

— **José Gatinho** questionou o Presidente do Executivo quanto ao alcance da sua afirmação sobre a avaliação dos imóveis ainda não concretizada e se esta foi feita pelo Governo, para o ano, a Câmara Municipal proporia a redução da taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis. —

— No que **foi imediatamente respondido**, ressaltando o **Presidente do Executivo** que não afirmou que a redução era para o ano de dois mil e onze, mas sim que assim que as avaliações dos imóveis estejam concretizadas pelo Governo, haverá condições para reponderação imediata da taxa do imposto. —

— **Nelson Lopes** referiu-se aos anúncios de hoje, feitos pelo Primeiro Ministro, implicando o agravamento das taxas dos impostos sobre a propriedade, ao nível das alterações quanto às reduções, com consequências graves sobre os munícipes, incluindo a redução da receita municipal. Lamentou que o contexto de crise económica tenha perdurado no presente ano e que, assim, não tivesse sido possível reduzir as taxas propostas. Anunciou que a Coligação Democrática Unitária vai votar a favor. —

— O **Presidente do Executivo** usou novamente da palavra e mencionou que nas áreas urbanas, após identificação exaustiva, pode equacionar-se a redução de taxas dos impostos, isenções e até majorações de prédios degradados, como incentivos à reabilitação urbana, porque este é um interesse geral, obrigação dos proprietários. —

— **Posto o Ponto a votação, o mesmo foi aprovado, por maioria, com quatro votos contra, dos autarcas do Partido Socialista e duas abstenções, da autarca do Centro Democrático Social/Partido Popular e do autarca do Bloco de Esquerda.** —

— **PONTO TRÊS – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DAS BIBLIOTECAS DO MUNICÍPIO / Relatório Final – Discussão e eventual aprovação, nos termos da alínea a) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção dada pela Lei número cinco-A barra dois mil e dois, de onze de 11 de Janeiro:** —

— A **Primeira Secretária da Mesa** declarou-se **impedida na discussão e votação** do ponto, pelo que **a Assembleia passou a funcionar com vinte e três autarcas.** —

— **Não se registaram intervenções dos autarcas para a discussão do Ponto.** —

— **Posto o presente Ponto a votação, o mesmo foi aprovado, por unanimidade.** —

— **PONTO QUATRO – CONCURSO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DOS SEGUROS – Repartição de encargos pelos anos económicos de DOIS MIL E DEZ, DOIS MIL E ONZE, DOIS MIL E DOZE E DOIS MIL E TREZE – Discussão e eventual autorização, nos termos do número seis do artigo vigésimo segundo do Decreto-Lei número cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de Junho:** —

— **Não se registaram intervenções dos autarcas para a discussão do Ponto.** —

— **Posto o presente Ponto a votação, o mesmo foi aprovado, por maioria, com a abstenção do autarca do Bloco de Esquerda.** —

— **PONTO CINCO – PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE A GESTÃO, A UTILIZAÇÃO E A CEDÊNCIA DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS / Fases de audiência dos interessados e de apreciação pública – Discussão e eventual aprovação, nos termos da alínea a) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção dada pela Lei número cinco-A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro:** _____

— A **Primeira Secretária da Mesa** declarou-se **impedida na discussão e votação** do ponto, pelo que **a Assembleia passou a funcionar com vinte e três autarcas.** —

— Discutiram a proposta, os autarcas **Dora Morgado e José Gatinho.** A primeira afirmou que a mesma vai ser analisada em sede da competente Comissão Permanente da Assembleia. O **segundo** solicitou a melhor especificação das entidades públicas e privadas, na norma da alínea c) do artigo quarto da proposta. —

— **Posto o presente Ponto a votação, o mesmo foi aprovado, por unanimidade.**

— **PONTO SEIS – ACOMPANHAMENTO DA ACTIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL – Apreciação de uma informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, nos termos da alínea e) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número Cento e Sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro:** _____

— O **Presidente da Mesa** começou por solicitar a **autorização do plenário para a continuidade dos trabalhos da presente sessão para além das vinte e quatro horas,** nos termos previstos no Regimento da Assembleia, **a qual foi concedida, por unanimidade. O Presidente do Executivo Municipal não usou da palavra.** _____

— O autarca **Nelson Lopes** interveio colocando os seguintes assuntos: 1) Notícia do possível encerramento dos postos locais de atendimento da Segurança Social em Benavente e em Samora Correia, sugerindo a actual disponibilidade do edifício em Samora Correia, para a futura Loja do Cidadão naquela cidade; 2) Problemática da publicidade ilegalmente afixada junto às estradas no Município e das elevadas taxas cobradas pela Estradas de Portugal, pela mera emissão de parecer obrigatório e vinculativo no processo de licenciamento da competência municipal; 3) Necessidade de regulamentar a afixação de sinalética respeitante ao comércio local; 4) Informação referente a alegada situação de cidadão que dorme na rua, junto ao Lar da Fundação Padre Tobias, em Samora Correia e 5) Sinistralidade junto ao cruzamento entre a

Avenida o Século e a Rua Popular junto ao edifício-sede da Junta de Freguesia, em Samora Correia. _____

— O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu nos seguintes termos: 1) não tem informação quanto a esta notícia, vai manter-se atento à situação; 2) e 3) esclareceu que o Primeiro Ministro anunciou a elevação destas taxas e que a Câmara Municipal, quanto à questão da sinalética identificativa, não tem, sobre a matéria qualquer tipo de competência, tendo-lhe restado o papel de alerta a entidade pública competente para a necessidade de acções preventivas ao nível da fiscalização, contudo, sem sucesso, apesar de afirmar dever persistir-se nesse tipo de actuação; 4) Informou que a situação relatada já estava a ser acompanhada pelos serviços sociais do Município, tendo sido identificado que o munícipe não tem necessidades especiais de apoio, sendo funcionário da Escola E.B. Dois, Três de Samora Correia que reside em Canha e que, por questões de restrições orçamentais, não optou por se deslocar diariamente, pernoitando no seu veículo automóvel e 5) a Estradas de Portugal rejeitou a colocação de semáforos no local, apenas permitindo a colocação de tal sinalização na entrada da cidade, atendendo que a mesma implicaria a colocação de quatro sinais, a existência de três faixas de rodagem na Avenida O Século, quatro viragens à esquerda e tempos de passagem que originariam filas de trânsito enormes, sendo perspectivada a colocação de pré-sinalização de passagem e “olhos de gatos”.

— Sobre a situação do munícipe que pernoita em rua de Samora Correia pediu o uso da palavra, **Hélio Justino** para esclarecer que o mesmo foi contactado pela instituição próxima, na pessoa da sua Directora Técnica que o abordou, o avaliou, concluindo-se do modo já explicitado, tendo o Conselho Administrativo da Fundação Padre Tobias deliberado disponibilizar-lhe as instalações da instituição para efeitos de higiene pessoal e algum apoio na sua alimentação. _____

— **Com a conclusão do debate no presente ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Assembleia** dispensou a presença dos membros da Câmara Municipal e **deu por terminada a discussão da Ordem do Dia.** _____

— Passou-se, de imediato, à **apreciação e votação das minutas das deliberações tomadas nos Pontos Um a Cinco da Ordem de Trabalhos, a quais foram aprovadas por unanimidade.** _____

— Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente sessão, às zero horas e vinte e cinco minutos do dia trinta de Setembro de dois mil e

dez, da qual para constar e para os demais efeitos, se lavrou a presente Acta, que apreciada por todos os membros, foi posta a votação e aprovada, por unanimidade, sendo rubricada e assinada por todos os elementos da Mesa da Assembleia Municipal.

A Primeira Secretária

O Presidente,

A Segunda Secretária
